

Lucas Aristides Mello, diretor de Inovação & Estratégia do IRB Brasil RE sugeriu não implantar a tecnologia de uma vez, mas aos poucos

A diretora de TI da HDI Seguros, Denise Ciavatta; o chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Susep, Leonardo de Carvalho, e o diretor de Inovação & Estratégia do IRB Brasil RE, Lucas Aristides Mello

O blockchain, uma das inovações mais célebres dentre as novas tecnologias disruptivas, ainda não é realidade na maioria das empresas de seguro. "Blockchain não resolve tudo", afirmou Lucas Aristides Mello, diretor de Inovação & Estratégia do IRB Brasil RE, palestrante no painel que discutiu "As aplicações de blockchain em seguros e seus desafios regulatórios" no primeiro dia do 13º Insurance Service Meeting, promovido pela CNseg, em 6 e 7 de novembro, em São Paulo, simultaneamente ao 4º Encontro de Inteligência de Mercado. Também participou, como debatedor, o chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Susep, Leonardo José Brasil de Carvalho e, como moderadora, a diretora de TI da HDI Seguros, Denise Ciavatta.

Segundo Mello, o blockchain despertou o interesse do setor de seguros por ser uma tecnologia imutável, inviolável e à prova de fraudes. "Os dados dentro de blockchain não podem ser excluídos e isso torna o ambiente mais confiável e imutável", disse. No seguro, um dos primeiros usos da nova tecnologia ocorre nos smart contracts. Mello acredita que é preciso desmistificar essa tecnologia. "Nada mais é do que automatizar os processos dentro de um sistema, produto ou plataforma", disse.

Para ele, no setor de seguros, ainda existem alguns desafios para a implantação do blockchain, como a baixa inovação em produtos, os altos custos administrativos, fontes de dados fragmentados, fraudes, regulação rigorosa etc. Por isso, ele considera que a implantação deve ser mais lenta, até porque, em outras indústrias o blockchain ainda está em fase de testes.

Blockchain: por onde começar

Na visão de Mello, o blockchain também faz todo o sentido para o regulador do mercado de seguros. A começar pela melhoria no compartilhamento de dados. "Não vão precisar coletar, armazenar, reconciliar ou agregar informações", disse. Outros argumentos são a manutenção dos registros e a documentação das transações de forma imutável. "Trata-se de uma trilha de auditoria precisa, segura e permanente", afirmou.

Mas, antes mesmo do blockchain, vem a inovação e, junto com ela, outras soluções tecnológicas que também precisam ser avaliadas. Considerando que o blockchain não resolve tudo, Mello disse que, no IRB Brasil Re, em vez de enxergar a inovação de forma ampla, como é comum, a visão é de

que ela deve sempre servir como resposta a algum problema. Mais do que isso, a inovação também precisa gerar valor estratégico e financeiro.

Outra orientação sua é que o processo de inovação deve ser estruturado para atingir resultados. "Se a inovação não estiver ligada à estratégia não dará certo, porque os setores não poderão realizar essa mudança sozinhos. Desenvolva um portfólio equilibrado de iniciativas inovadoras".

Denise Ciavatta, diretora de TI da HDI Seguros, concorda com Mello. "Temos de olhar a tecnologia como um meio de resolver problemas, ou seja, apenas como um facilitador nesse processo. Cabe a nós usá-la bem", disse. Em seguida, perguntou ao chefe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação da Susep, Leonardo José Brasil de Carvalho, se a autarquia já faz uso de blockchain.

Carvalho respondeu que, por enquanto, a Susep não tem nenhuma iniciativa envolvendo blockchain "porque o custo de regulação é alto e poderia sufocar o mercado. Por isso, preferimos deixar que o mercado desenvolva essa solução", disse. Porém, afirmou, algumas iniciativas da Susep podem fomentar o uso de blockchain, como, por exemplo, a apólice eletrônica e o sandbox. "O edital da sandbox, mostra que pela primeira vez a Susep fala em trocar informações com o mercado não pela FIP, mas por API. E isso é um grande marco", disse. "Somos entusiastas da tecnologia, mas não vamos sufocar o mercado", acrescentou.

Fonte: CNseg, em 06.11.2019